TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA-GERAL
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

PROCESSO Nº 2022.0.000004676-1

2ª REUNIÃO DO COMITÊ DE GESTÃO DA ESTRATÉGIA - 2022

ATA DE REUNIÃO

Data	21/03/2022
Início	11:30
Fim	13:25

Participantes (em videoconferência, através de aplicativo via internet)

Nome	Unidade
Eline Iris Rabello Garcia da Silva	Diretoria-Geral
Mariana Figueiredo Correa	Gabinete da Presidência

Lisia Alves Baganha	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
Alexander Moraes Rocha	Secretaria de Administração
Hugo Gonzalez dos Santos	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Renata Motta Geronimi	Secretaria de Gestão de Pessoas
Ana Luiza Claro da Silva	Secretaria Judiciária
Marcio Bispo de Oliveira	Secretaria de Orçamento e Finanças
Michel Marchetti Kovacs	Secretaria de Tecnologia da Informação
Maurício da Silva Duarte	Coordenadoria de Comunicação Social

Convidados

Nome	Unidade
Rita de Cássia de Carvalho e Silva Marques de Abreu	Escola Judiciária Eleitoral
Carlos Eduardo de Queiroz Pereira	Secretaria de Auditoria Interna
Robson Alves de Oliveira Sobrinho	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
Karla Verônica do Pinho Pimentel Novarino	Coordenadoria de Planejamento Estratégico
Suzana Martins Ramos Pinto	ASGERI
Tatiana de Freitas Kagohara	ASGERI
Patrícia Ferraro de Avellar Coutinho	Assessoria de Planejamento de Eleições
Leticia Maffei Burgos Feitosa	SEGEST

Cristiana Domingues Vinha Fernandes Dib	SEGEST
Isabelle Mello de Souza	OUVE
Vivian Maria Nogueira Bacelar	OUVE
Juliana Pedrosa Chahon Kelmanson	Assessoria Administrativa do Gabinete da Presidência
Soraya Previtali Morisson	Assessoria Administrativa da DG
Anderson Luis Ohland	Secretaria de Administração
André Luiz Trindade Rocha	Secretaria Judiciária
Luciana de Andrade Lima Hazin Lamego	Secretaria de Tecnologia da Informação
Flávia Conceição de Lima Vidal	Seção de Desenvolvimento Estratégico Sustentável
Diego Ferreira Guedes	Secretaria de Manutenção e Serviços Gerais
Alan de Freitas Rosetti	Secretaria de Gestão de Pessoas
Flavia de Matos Inácio	Secretaria de Orçamento e Finanças
Milene Gonçalves Cater	Secretaria da Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral
José de Tárcio Fonseca Teixeira	Diretoria-Geral
Lucianna Brandão	Diretoria-Geral
Alexandre Meira de Oliveira	EJE
Larissa de Matos Biajoli	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas
Aldenir Acimen de Moraes	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas Estratégicas
Renata Araújo Sodré da Silva	Seção de Desenvolvimento de Iniciativas

	Estratégicas

Pauta

I. Propostas de novos projetos para integrar o PDE 22-24
II. Orçamento para 2023
III. Feedback do andamento dos projetos

Descrição da reunião

A Diretora-Geral iniciou a reunião cumprimentando os presentes e apresentando o novo secretário da SSG, Hugo Gonzalez dos Santos.

Na sequência, após ler a pauta, passou a palavra ao Coordenador da CPLAN, Robson Sobrinho, que deu início à apresentação.

O Coordenador da CPLAN informou que o objetivo da reunião é o de olhar para o portfólio de projetos estratégicos do Tribunal no horizonte de 22-24, apresentando as propostas de novos projetos que buscam impulsionar o Plano Estratégico 2021/2026 e os comparativos internos.

Enfatizou que a reunião seria para analisar algumas propostas vinculadas a alguns dos objetivos e que, posteriormente, outros objetivos seriam contemplados em reuniões incrementais.

Acrescentou que a grande mudança a ser trazida a partir de agora seria um olhar direto sobre os Objetivos Estratégicos (OEs) e Indicadores Estratégicos (IEs), traçando uma linha direta para conectar cada iniciativa com o objetivo que seria impulsionado por ela. Com isto pretende-se acompanhar como cada iniciativa estratégica atua sobre um ou mais objetivos estratégicos e dedicar esforços combinados para executar a estratégia e atender às demandas da sociedade.

Na seqüência, o Coordenador da CPLAN passou a palavra para a Chefe da SEDINE, Larissa Biajoli, para que conduzisse a reunião.

A Chefe da SEDINE compartilhou a apresentação para todos os presentes e informou que, seriam apresentadas algumas propostas, que já haviam passado por uma análise da SEDINE, além do orçamento para 2023 e o feedback sobre o andamento dos projetos que estão no PDE em curso.

I. Proposta de novos projetos

A Chefe da SEDINE, Larissa Biajoli, explicou o status de cada projeto a seguir:

PROGRAMA DE MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO DOS DADOS

Deliberação do CGE: Aprovação do projeto para o PDE 22-24

Observações relevantes: A Chefe da SEDINE apresentou a proposta do Programa de Monitoramento e Gerenciamento de Dados, relacionando os objetivos estratégicos, as iniciativas estratégicas e os comparativos externos relacionados. Além disso, apresentou o escopo do produto, elencando as devidas entregas.

O Secretário da STI, Michel Kovacs, solicitou que alterassem o primeiro item de "desenvolvimento do Sistema Atena" para implantação do Sistema Atena, pois explicou que não se trata de desenvolvimento de um novo sistema e sim da implantação de um sistema já desenvolvido por outros regionais.

Na sequência, a Secretária da VPCRE, Lísia Baganha, mencionou que a VPCRE já está estruturando o levantamento de gaps, o plano de sensibilização dos servidores e o plano para saneamento dos dados lançados no PJe.

A Diretora Geral, Eline Iris, ratificou o que esse estudo já está sendo desenvolvido dentro da VPCRE e está alinhado com o que as outras unidades estão trabalhando.

O Coordenador da CPLAN, Robson Sobrinho, informou que quando esse estudo for aprovado e iniciado, o gerente nomeado poderá trazer novos indicativos, inclusive de novas ações que podem permear essas entregas. Além disso, levantou a questão que, a princípio, seria interessante que esse saneamento abarcasse primeiro e segundo grau, tendo em vista o impacto no prêmio de qualidade e em outros comparativos externos.

A Secretária da SJD, Ana Luiza Claro questionou a existência de um cronograma e manifestou preocupação em relação a data de início do Programa, em virtude do início do processo eleitoral. A Chefe da SEDINE pontuou que estas questões viriam em um segundo momento, após a aprovação e a escolha do gerente.

O assistente de planejamento da SJD, André Trindade questionou detalhes da etapa de saneamento dos dados do PJe.

A Chefe de Gabinete da Presidência, Mariana Figueiredo, pediu a palavra informando que um dos modelos estudados para implantação do plano de saneamento é o modelo utilizado na Bahia que utiliza a ferramenta Têmis, que conversa com o Sistema Atena e tem o condão de resolver os problemas relacionados ao saneamento dos dados.

Larissa Biajoli, chefe da SEDINE, se manifestou informando que, neste primeiro momento, há a necessidade de se aprovar a proposta. Desta maneira, a forma para fazer o saneamento deverá ser discutido posteriormente.

A Diretora Geral se manifestou pedindo para que focassem no objetivo principal e não descessem para o nível de execução, tendo em vista não se tratar do momento apropriado para buscar um detalhamento maior do escopo. Desta forma, reiterou que a o saneamento se faz necessário e que esta deverá ser discutida em momento oportuno.

O CGE aprovou a proposta sem ressalvas.

PROGRAMA DE ESTRUTURAÇÃO DE SISTEMA DE COMBATE A ILÍCITOS ELEITORAIS

Deliberação do CGE: Aprovada a proposta para inclusão no portfólio

Observações relevantes: Larissa apresentou a proposta, ressaltando que no caso do Prêmio de Qualidade, ele teria impacto sobre a meta 4, a ser medida em 2023. A ideia seria que o gerente aproveitasse medidas previstas no Plano Estratégico anterior, de modo a estruturar o combate aos ilícitos.

Mariana Figueiredo, representando a Presidência, acrescentou que, independentemente da proposta, já estão sendo efetivadas algumas ações com o objetivo de obter um resultado mais efetivo neste ano. Uma necessidade identificada seria a priorização por classe de processo, e neste ponto a CPLAN poderia auxiliar nos processos que já estão tramitando.

Ana Luiza, pela SJD, ponderou que a ASCEPA (Assessoria de Contas Eleitorais e Partidárias) deveria estar elencada no item 2 da proposta, junto com as ZEs especializadas, VPCRE e SJD, por ser uma parte interessada importante no projeto.

Soraya Previtalli lembrou que a servidora Lia Romeiro, da ASCEPA, ajudou a construir a lista de medidas que constam no Plano anterior e que serão utilizadas de base no programa, e que, conheceria o tema, embora não estivesse presente na reunião.

Renata Geronimi, secretaria da SGP, manifestou sua preocupação com alguns pontos presentes na proposta, como lotação ideal em alguns juízos eleitorais especializados, competências mínimas para atuação dos servidores nestes juízos, capacitação, etc. Acrescentou ser importante um alinhamento adequado entre as entregas deste projeto e outras promovidas pela SGP.

Larissa lembrou que, uma vez que a proposta seja aprovada e a gerência seja definida, as questões envolvendo todos os impactos e todas as necessidades serão analisadas com o detalhamento necessário, a fim de estabelecer um plano de implantação condizente com a complexidade do projeto. Caberá ao gerente conversar com as unidades envolvidas para obter as informações necessárias.

Robson reforçou que esta proposta, tal como outras incluídas na apresentação, busca tratar os problemas identificados, levando-os ao CGE para deliberação sem um grande nível de detalhamento, pois isto ocorrerá depois, quando se definir quem será o gerente. Assim, maiores detalhes sobre os programas serão apresentados em reuniões futuras.

PROGRAMA DE GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES (RESOLUÇÃO 347/2020 DO CNJ)

Deliberação do CGE: Proposta aprovada para inclusão no portfólio

Observações relevantes: Larissa apresentou a proposta, mencionando o impacto também sobre o iGG do TCU, no caítulo referente à Gestão e Governança das contratações. Com relação ao escopo, mencionou que os itens de 1 a 8 já estão ocorrendo no tribunal, e que o item 9 se refere a uma planilha anexada ao processo SEI mencionado no escopo. E que caberá ao gerente da iniciativa buscar informações, conversando com as unidades impactadas, de modo a construir um cronograma de execução factível que englobe todas as medidas previstas na referida planilha e que ainda não tenham sido implementadas.

Carlos Eduardo, pela SAU, acrescentou que o processo de contratações tem sido objeto de vários apontamentos e recomendações, no sentido de aprimorá-lo. E que seria oportuno que o

gerente indicado levasse tais recomendações em consideração quando do estudo do tema.

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DE TIC NO TRE-RJ)
Deliberação do CGE: Aprovada a proposta de inclusão da proposta no PDE
Observações relevantes: Larissa apresentou a proposta, ressaltando que ela também tem impactos sobre o Prêmio de Qualidade e sobre o iGovTICJUD. Por conta de seu tamanho, ela explicou que a proposta se divide, basicamente em 2 programas, o primeiro sobre questões do iGovTICJUD, que aborda com maior ênfase na área de pessoas, e o segundo que seria composto por um Plano de Trabalho para implantação do ENTIC-JUD, separado por temas, e que um maior detalhamento poderia ser obtido consultando-se planilha que havia sido enviada aos membros do comitê e demais participantes da reunião. Renata Geronimi, pela SGP, ponderou que existem medidas prevista em um Plano de Ação da SGP para implementar a Res. 370 do CNJ (que trata da ENTIC-JUD) e que tais medidas não foram todas englobadas na proposta. Michel Kovacs, Secretario da STI, ponderou que os itens do programa 1 da proposta referem-se ao iGovTIC relacionados a pessoas. Caso tudo isso fosse atendido, a pontuação seria máxima (100%). Entretanto, procurou deixar claro que todos os pontos elencados não serão feitos em apenas um ano, mas ao longo do ciclo estratégico. Renata argumentou que a preocupação era de manter o alinhamento das ações, para resultados mais efetivos. Larissa reforçou mais uma vez que, uma vez aprovada a proposta e definida a gerência, caberá a esta promover este alinhamento entre TI e SGP, sem excluir nada que seja obrigatório e que esteja previsto também na referida Res. 370. Com relação às datas mencionadas, Larissa acrescentou as datas que constam na proposta foram previstas na Resolução CNJ 370, e que não se trata de datas para execução do cronograma do programa.

Na sequência, Larissa mencionou as outras 3 propostas de iniciativas que foram enviadas para a SEDINE mas que ainda se encontram em análise. Se for o caso, serão submetidas em reuniões futuras pelo CGE. A Diretora Geral, Eline Iris, argumentou que, por conta da troca de gestão na SSG, as propostas deverão ser avaliadas pelo novo Secretário da SSG, o que poderia ser tratado numa reunião à parte.

II. Orçamento para 2023

A seguir, Larissa passou ao feedback sobre os projetos, destacando que atualmente existe 5 projetos com gerentes exclusivos e 5 com gerentes não exclusivos (dentro das unidades).

Com relação ao orçamento para 2023, Larissa apresentou um quadro-resumo com os valores que seriam incluídos na Proposta Orçamentária (P.O.). A EJE solicitou o valor de R$ 60.480,00 para o projeto

Reestruturação dos Projetos Socioeducativos, já registrado no SIGEPRO. Para o projeto Sei fase 3 também fora registrado no SIGEPRO o valor de R$30.000,00 e para o projeto LGPD foi registrado o valor de R$1.790,00.

III. Feedback do andamento dos projetos

Iniciativa Estratégica: Reestruturação dos Projetos SocioEducativos
Deliberação do CGE: Não houve
Observações relevantes: Larissa lembrou que houve troca na gerência da iniciativa e que o projeto integrará o PDE 2022-2024. Alexandre Meira, atual gerente, sintetizou os objetivos do projeto, que se encontra sem pendências, em fase de definição de cronograma. Uma vez definido o novo cronograma, ele será apresentado ao Comitê para análise e aprovação. A Diretora Geral acrescentou, a título de informação, que existem 10 milhões de eleitores jovens não cadastrados, o que ressalta a importância de uma iniciativa como essa. Alexandre Meira acrescentou que o cenário ideal seria promover o alistamento eleitores ao final de cada palestra/ação de sensibilização, mas que, por conta deste ser um ano eleitoral, isto pode não ser viabilizado integralmente. Num ano não eleitoral, pode ser que seja possível montar uma estrutura que permita tal ação conjunta com as zonas eleitorais e a VPCRE.
Prazo: não há
Unidade Responsável: EJE

Iniciativa Estratégica: Juízo 100% Digital
Deliberação do CGE: Não houve
Observações relevantes: Larissa sintetizou o escopo do projeto, ressaltando que o projeto não tem pendências e que o escopo foi definido recentemente com a patrocinadora.
Prazo: não há
Unidade Responsável: não há

Iniciativa Estratégica: Implementação da Lei 13.709/2018 - LGPD
Deliberação do CGE: Não houve
Observações relevantes: Larissa informou que não há novidades quanto ao projeto, ele segue o cronograma de implantação, sem pendências.
Prazo: não há.
Unidade Responsável:

Iniciativa Estratégica: Reestruturação do Projeto eSocial
Deliberação do CGE:
Observações relevantes: Larissa informou que o projeto segue o cronograma previsto, sem nenhuma pendência.
Prazo: não há.
Unidade Responsável: DG

Iniciativa Estratégica: Implementação do Sistema Eletrônico de Informações - SEI! Fase 3
Deliberação do CGE: Aprovada a retirada do DOC-EXPRESS e suspensão da implantação do SEI
Observações relevantes: Larissa informou que a iniciativa não tem nenhuma pendência e apresentou a proposta de alteração do escopo com retirada da entrega “Implantação do DOC-express" e a proposta de suspensão do projeto até 2023. Questionada pelo Secretário da SOF, sobre o orçamentário incluído para 2022, Larissa esclareceu que se trata de um valor relacionado a implantação de um sistema que não faz parte do escopo do projeto enquanto entrega, logo não será acompanhado como parte da execução da iniciativa, embora tenha sido indicado assim no SIGEPRO em 2021. Sobre a questão do acesso externo para o Sistema, o Coordenador da CPLAN, Robson Sobrinho esclareceu que ele já existia na versão atual, mas não foi implementado por questões de segurança da informação. Não existe, pois, uma vinculação direta entre liberação do módulo acesso externo e a versão que estiver sendo utilizada.

A gerente do projeto, Lucianna Brandão, explicou que a questão da vulnerabilidade sempre foi enfrentada pela Asinfo e STI. Na versão atual, haveria um comprometimento crítico em termos de segurança dos dados para acessos externos, então ficou decidido que seria necessário primeiro uma atualização para a versão 4.0, para daí então fazer nova verificação de possíveis vulnerabilidades ainda existentes. Acrescentou que nenhum TRE já implantou esta nova versão, nem mesmo o TSE, que seria quem prestaria o devido suporte.

O Secretário da STI, Michel Kovacs, explicou que não é recomendada a instalação em 2022 por conta de uma necessidade primeira de atualizar a infraestrutura de TI (sistemas operacionais, máquinas virtuais, etc.) para depois instalar a nova versão do SEI 4.0, evitando assim retrabalho.

Prazo: não há

Unidade Responsável: SAD

Iniciativa Estratégica: Implantação da Gestão de Resíduos Sólidos no TRE-RJ

Deliberação do CGE: Aprovada a retirada do projeto do PDE

Observações relevantes: Larissa informou que, após contato com a gerência, a proposta seria retirar o projeto do portfólio, visto que ele já é acompanhado pelo Plano de Logística Sustentável (PLS) e que, além disso, o projeto precisa ser reestruturado com entregas mais adequadas à nova proposta.

Prazo: não há.

Unidade Responsável: SSG

Iniciativa Estratégica: Implantação de Solução VoIP no TRE-RJ

Deliberação do CGE: não houve

Observações relevantes: Larissa apresentou o novo cronograma do Projeto, de acordo com o PGP (Plano Geral do Projeto) enviado pelo atual gerente e analisado recentemente pela SEDINE.

O gerente acrescentou que as próximas etapas serão o início do processo licitatório pela STI e análise pela SECCON, para posterior envio à ASJURI. Com relação à assinatura do contrato, ficou acertado que seria feito um ajuste na data apresentada no slide, que, por erro material constava anterior ao término do processo licitatório.

Prazo: não há.
Unidade Responsável: STI

Iniciativa Estratégica: Modernização do Data Center
Deliberação do CGE: Não houve
Observações relevantes: Larissa informou que o projeto segue o planejado, com obras em andamento no prédio, sem nenhuma pendência.
Prazo: não há
Unidade Responsável: SSG

Iniciativa Estratégica: Rede Privada Virtual – VPN
Deliberação do CGE:
Observações relevantes: Larissa sintetizou a situação do projeto, informando que o projeto, apesar de alguns atrasos ocorridos, está com horizonte de término para o final de 2022, com término da implantação dos circuitos da capital. O gerente acrescentou que os artefatos pendentes da metodologia (TAP e PGP) serão submetidos à SEDINE para regularização da documentação no processo de acompanhamento do projeto. Para a instalação dos circuitos de dados no interior (escopo este fora do projeto), segundo o gerente, a STI depende de uma nova testagem da rede 4G para verificar se os atuais equipamentos adquiridos suportariam uma VPN sob 4G. Em caso positivo, será feito um estudo de contratação de uma rede 4G para o interior, o que permitiria a implantação do VPN nas ZEs fora da capital.
Prazo: não há.
Unidade Responsável: STI

Iniciativa Estratégica: Melhoria e automatização do processo de elaboração da Folha de Pagamento
Deliberação do CGE:

Observações relevantes: Larissa informou sobre a alteração na gerência do projeto, que será o servidor Odlan Faria, da própria SGP. Acrescentou há uma sinalização de alerta com relação ao projeto pelo fato de que ele depender de vários REDESTIs, o que poderia comprometer a conclusão dos trabalhos na data originalmente prevista. A Secretaria da SGP, Renata Geronimi, acrescentou que a sugestão da troca do Gerente de Projeto ainda não foi formalizada, o que será feito em breve. Manifestou também preocupação com as entregas do projeto que impactam no processo eleitoral de 2022, que seriam os REDESTIs de requisitados e de serviço extraordinário. Tatiana Kagohara, pela ASGERI, alertou para o fato de que, quando houver alterações no escopo, que sejam avaliadas algumas recomendações levantadas pela Auditoria, para inclusão naquele. Renata confirmou que existe uma necessidade de ajustes no escopo, pois, embora ele seja efetivo naquilo que foi proposto originalmente, existem outras demandas relacionadas ao serviço extraordinário que necessitam de um tratamento à parte, possivelmente através de um novo projeto. A Diretora Geral informou que, após uma reunião realizada anteriormente, ficou acertado que os REDESTIs relacionados às eleições, incluindo o GSE e Cadastro de Terceirizados, serão devidamente priorizados.
Prazo: não há.
Unidade Responsável: SGP

Por fim, a Chefe da SEDINE informou que os próximos passos serão a escolha dos gerentes que irão tocar as propostas apresentadas, a fim de que possam trabalhar os detalhes relacionados a escopo, cronograma, etc. das iniciativas, pela primeira vez, de modo diferenciado em relação a anos anteriores.

A Diretora Geral agradeceu a participação de todos, e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Rio de Janeiro, 08 de abril de 2022

LUCIANA DE ANDRADE LIMA HAZIN LAMEGO
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 08/04/2022, às 17:50, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

HUGO GONZALEZ DOS SANTOS
SECRETÁRIO(A) DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

Documento assinado eletronicamente em 08/04/2022, às 18:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

JOSE DE TARCIO FONSECA TEIXEIRA
ASSISTENTE V DE GRANDES PROJETOS I

Documento assinado eletronicamente em 08/04/2022, às 18:16, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANDERSON LUIS OHLAND
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 08/04/2022, às 18:25, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MARCIO BISPO DE OLIVEIRA
SECRETÁRIO(A) DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Documento assinado eletronicamente em 08/04/2022, às 18:42, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

KARLA VERONICA DO PINHO PIMENTEL NOVARINO
ASSISTENTE III

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 10:52, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ALEXANDER MORAES ROCHA
SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 11:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RITA DE CASSIA DE CARVALHO E SILVA MARQUES DE ABREU
ASSESSOR I

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 11:34, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ROBSON ALVES DE OLIVEIRA SOBRINHO
COORDENADOR(A) DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 12:11, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

LISIA ALVES BAGANHA
SECRETÁRIO(A) DA VICE-PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 12:54, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

CRISTIANA DOMINGUES VINHA FERNANDES DIB
ASSISTENTE I

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 13:22, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ANA LUIZA CLARO DA SILVA
SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIA

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 14:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MILENE GONCALVES CATER
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 18:00, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ALAN DE FREITAS ROSETTI
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 11/04/2022, às 19:57, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

ELINE IRIS RABELLO GARCIA DA SILVA
DIRETOR(A)-GERAL

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 00:30, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

RENATA MOTTA GERONIMI
SECRETÁRIO(A) DE GESTÃO DE PESSOAS

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 09:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

DIEGO FERREIRA GUEDES
ASSISTENTE DE PLANEJAMENTO V

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 12:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MICHEL MARCHETTI KOVACS
SECRETÁRIO(A) DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 13:48, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

SORAYA PREVITALI MORISSON
ASSESSOR(A) ADMINISTRATIVO(A) DA DIRETORIA GERAL

Documento assinado eletronicamente em 12/04/2022, às 20:03, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

TATIANA DE FREITAS KAGOHARA
ASSESSOR(A) DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLE INTERNO

Documento assinado eletronicamente em 14/04/2022, às 10:45, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

FLAVIA CONCEICAO DE LIMA VIDAL
CHEFE DA SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO SUSTENTÁVEL

Documento assinado eletronicamente em 18/04/2022, às 17:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MAURICIO DA SILVA DUARTE
COORDENADOR(A) DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2022, às 12:47, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

MARIANA FIGUEIREDO CORREA

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2022, às 18:49, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

VIVIAN MARIA NOGUEIRA BACELAR
CHEFE DA OUVIDORIA ELEITORAL

Documento assinado eletronicamente em 25/04/2022, às 20:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-rj.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **2271791** e o código CRC **D3B9D0EC**. No momento só é possível efetuar a verificação de autenticidade através da rede interna do TRE-RJ.